

CONTRA O PROJETO DO ELEMENTO SERVIL

Sessão de 24-7-1885

O SR. JOAQUIM NABUCO (*Sinais de atenção.*) – Meus Senhores, não é sem algum constrangimento que eu volto a ocupar a atenção da Câmara, discutindo pela terceira vez o projeto do elemento servil, quando vejo, o que é mais triste do que a pouca atenção que o ditador do dia presta às minhas palavras, o pequeno, quase insignificante eco, que elas despertam nos corações liberais desta Câmara. (*Não-apoiados.*)

Mas ninguém tem tanto quanto eu, ou, pelo menos, ninguém tem mais do que eu, o sentimento do pouco que vale a representação nacional (*reclamações*); e, se ainda hoje insisto em fazer ponderações sobre esta matéria ao honrado Sr. Presidente do Conselho, que, nas circunstâncias atuais, dispõe absolutamente da sorte dos escravos e da sorte dos contribuintes, é porque entendo que nesta questão de emancipação o meu dever é clamar até o fim, porque, apesar de tudo, ela é a causa do direito e muitas vezes, na história, o imprevisto aparece como aliado da última hora do direito vencido.

Senhores, o projeto já foi votado nas suas partes principais; esta Câmara já foi convertida em um mercado de escravos (*reclamações, manifestações e aplausos das galerias*), em que V. Ex.^a, Sr. Presidente, fez o papel de pregoeiro marroquino... (*Rumor.*)

O Sr. Zama – Se esta Câmara é um mercado, V. Ex.^a não deve fazer parte dela.

(O Sr. Presidente reclama ordem e convida o orador a retirar as expressões.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu não posso retirar a expressão de que usei.

A Câmara votou uma tabela para a mercadoria-homem, segundo as idades; fez comparecer neste recinto mais de um milhão de criaturas humanas e proclamou que as de 20 anos valeriam 900\$, as de 40, 600\$, e assim por diante, e eu afirmo que isto é fazer do Parlamento um verdadeiro mercado de escravos, onde se fixam os preços correntes do dia. (*Apoiados e reclamações.*)

Sirvo-me de uma imagem que exprime os sentimentos de muitos e que está em todos os corações abolicionistas.

O Sr. José Mariano – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Vendo o Parlamento, ao qual em nossa imaginação ligamos a idéia da soberania nacional, votando preços fixos, imutáveis e excessivos para a mercadoria chamada homem, e, pior ainda,

chamada mulher, eu tinha do direito de dizer que a representação nacional se tinha convertido em um vasto mercado de escravos.

O Sr. Lourenço de Albuquerque – Foi o que fez a Inglaterra.

Outro Sr. Deputado – E o que fez também a França.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A França não o fez.

Vozes – Fez! Fez!

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... e quando a Inglaterra o fez, os abolicionistas ingleses protestaram, como eu.

O Sr. Afonso Celso Júnior – E então de que servem as conquistas da razão e do direito?!

Outro Sr. Deputado – Os franceses aboliram revolucionariamente. (*Há outros apartes.*)

O Sr. Presidente – Atenção!

O Sr. Bezerra Cavalcanti – Lá se disse também isto e ouviu-se, e aqui se há de também ouvir.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, a Câmara dos Srs. Deputados votou uma tabela que marca para os escravos de 20, de 30, de 40 anos, preços elevados e que infelizmente em muitas Províncias são superiores ao dobro dos preços correntes (*apoiados*), de maneira que, se esta lei tivesse sido votada há dois anos, a emancipação não se teria feito no Ceará, não se teria feito no Amazonas, não se teria feito no Rio Grande do Sul.

O Sr. Felício dos Santos – Esta idéia foi do Sr. Conselheiro Dantas.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu não sei se a idéia foi do Sr. Conselheiro Dantas, ou do Imperador, mas fosse de quem fosse, eu teria a mesma isenção para qualificá-la neste momento como a qualifico.

O Sr. Felício dos Santos – A tabela do Sr. Conselheiro Dantas é cópia exata da lei de Venezuela.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A Câmara votou, digo eu, os pontos a que o abolicionismo mais objetava; votou a tabela, votou os impostos, e hoje se nos vem propor uma degradação de valor sobre esta mesma tabela, a qual tem por fim favorecer ainda mais a escravidão, porque o Ministério abandona um

reduto que parecia definitivamente ocupado no projeto primitivo do honrado presidente do Conselho.

O que há de mais curioso e característico neste projeto é que ele ainda não foi apresentado à Câmara, não direi tal qual há de ser lei do Estado, porque a lei há de ser como quizerem os chefes conservadores do Senado, aliados ao nobre presidente do Conselho, e a cuja mercê ele se acha, mas como há de ser apresentado em terceira discussão neste recinto.

Somente quando a terceira discussão for anunciada é que nós teremos uma idéia deste projeto no seu conjunto, porque, artigo por artigo, ele vai sofrendo alterações, emendas que importam uma mudança radical.

É assim que hoje se nos apresenta uma emenda, que é ainda mais um triunfo, e triunfo sem compensação, do honrado deputado por São Paulo, o Sr. Antônio Prado, que parece ser o chefe do Partido Conservador neste momento.

O Sr. José Mariano – É o chefe das forças aliadas. (Riso e outros apartes.)

O Sr. Presidente – Atenção!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, antes de continuar na ordem do meu discurso, devo referir-me a algumas observações, que o honrado deputado pela Bahia, que falou antes de mim, fez sobre os dois projetos comparados.

Como eu disse já uma vez, não se trata de comparar o projeto Saraiva com o projeto Dantas; trata-se de comparar o ânimo do Senador Saraiva com o do Senador Dantas, os planos de um e de outro, quem combatia de cada lado e a diferença sobretudo dos tempos em que foram apresentados os dois projetos. Eu estou certo de que o Senador Dantas, quando iniciou esta política resoluta de abolicionismo no Governo, não calculou que, em virtude mesmo da sua iniciativa, dentro de pouco tempo a sua obra seria tão anacrônica, que os seus melhores auxiliares já não a poderiam aceitar como a consubstanciação do seu pensamento. *(Apoiados dos deputados abolicionistas.)*

Por consequência, aqueles que, para justificar a sua atitude atual, comparam o projeto Dantas com o projeto Saraiva, estão comparando um projeto vivo com um projeto morto, um projeto no qual está encarnada toda a força da escravidão, com outro do qual se tinha retirado o espírito abolicionista que o levantara para encetar o combate.

O Sr. Felício dos Santos – Esta declaração é muito honrosa; muito bem. Faziam a mesma oposição ao Gabinete Dantas.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas, Senhores, o que é que a Câmara dos Srs. Deputados quer apresentar ao País, segundo nos acaba de dizer o honrado deputado pela Bahia, como solução definitiva da grande questão servil? Que projeto é este, que se nos vem dizer que é a última palavra do legislador e que deve tranqüilizar essa lavoura, para a qual é reclamado, porque

o Sr. Presidente do Conselho disse bem no outro dia, na sua linguagem expressiva, que este projeto tinha alguma coisa mais por fim do que libertar negros, que tinha por fim tranqüilizar a classe produtora.

O Sr. Pádua Fleuri – E amparar a riqueza pública.

O Sr. Afonso Celso Júnior – Aumentando os encargos do Tesouro.

O SR. JOAQUIM NABUCO – É um projeto, cujos únicos fatores de abolição são os impostos que se pedem e que, hei de mostrar, não hão de dar o resultado previsto por S. Ex.^a, de maneira que, se por acaso S. Ex.^a pudesse continuar à frente das nossas finanças por 7 ou 8 anos, ver-se-ia na impossibilidade de conseguir do Parlamento o voto destes mesmos impostos adicionais para o fim especial a que se destinam; é um projeto que tem como únicos fatores estes impostos inexequíveis, impostos de saque, mais de que impostos de guerra, porque eu não posso pensar que esteja no ânimo do Governo declarar que a célebre medida da degradação do valor, a qual nos apresentou como devendo dar a escravidão como extinta no fim de 14 anos, representa a duração provável da escravidão no Brasil.

O Sr. Araújo Góis Júnior – E já é muito.

O SR. JOAQUIM NABUCO – E aí eu devo dizer que há uma grande diferença entre um projeto como o do honrado Sr. Felício dos Santos, aceito pelo Governo, e um projeto como o do honrado Sr. Cristiano Ottoni. Se o Governo libertasse todos os anos 2, 3 ou 4% da população escrava; se obrigasse, como queria o Sr. Senador Ottoni, os senhores a alforriar anualmente 1/5, 1/6 ou 1/7 da sua escravatura, nós teríamos todos os anos uma diminuição na cifra dos escravos; mas um projeto de simples depreciação nominal, como o do honrado Sr. Deputado por Minas, não traz a extinção da escravidão senão no fim dos 14 anos, que propõe o projeto em discussão.

Estamos assim fazendo uma lei de emancipação não para hoje, mas para o ano de 1900, que não precisa de nossa intervenção e de nosso auxílio! (*Apoiados e aplausos das galerias.*)

O Sr. Presidente (Com força) – Atenção! Peço ao nobre deputado queira interromper o seu discurso por alguns momentos. Vou mandar ler os artigos do Regimento.

O Sr. José Mariano – As galerias já os sabem de cor. (*Há outros apartes.*)

O Sr. Zama – É preciso que isto seja a Câmara dos Deputados.

O Sr. Frederico Borges – As galerias não estão perturbando a ordem. (*Há outros apartes.*)

O Sr. Presidente – Atenção! A ordem foi perturbada e eu tenho de mantê-la. Vou mandar ler os arts. 218 e 219 do Regimento.

O Sr. 1.º-Secretário faz a leitura dos referidos artigos.

O Sr. Presidente – Espero agora que os Srs. Espectadores observarão as disposições do Regimento que acabam de ser lidas.

O nobre deputado pode continuar.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, a Câmara dos Srs. Deputados votou anteontem nada menos de 5% de impostos adicionais sobre a totalidade da nossa taxaço, excluindo desses impostos, talvez somente por coerência com o pensamento do honrado deputado que é hoje o Sr. Ministro da Justiça, os impostos de exportação; porque esses impostos presume-se que são pagos pela classe agrícola, proprietária de escravos, e era preciso que ela fosse especialmente excluída de concorrer desta forma para a amortização do seu próprio capital.

Exceto esse favor especial feito aos senhores de escravos...

O Sr. Lourenço de Albuquerque – Favor que o outro projeto também fazia.

O Sr. Bezerra Cavalcanti – Não está em discussão o outro projeto. (*Trocam-se muitos e repetidos apartes e o Sr. Presidente reclama atenção.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Exceto esse favor, a Câmara dos Srs. Deputados votou a agravação de 5% sobre a totalidade dos nossos impostos; e – coisa estranha! – votou pela primeira vez o princípio de que o Governo pode por decreto declarar quais são os impostos que não admitem sobrecarga, como se essa não fosse a principal atribuição do Parlamento.

O Sr. José Mariano – Há de ser uma arma de favores e de perseguição. Eu quero ver se o imposto não recai sobre o Rio Grande do Sul.

O Sr. Felício dos Santos – Deve ser isento.

O Sr. José Mariano – Isto é o que eu queria ver claro na lei. Se o Rio Grande do Sul é isento, também deviam ser o Amazonas e o Ceará. (*Apoiados.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – A Câmara votou o imposto de 5% sobre a totalidade dos nossos impostos; concedendo pela primeira vez a um governo que hoje é liberal, e amanhã pode ser conservador, a um governo que hoje se diz abolicionista e amanhã pode chamar-se escravocrata, autorização para, por meio de um decreto, dispensar em impostos, como entendesse na sua alta fantasia administrativa, sitiado pelos empenhos de todos os interessados, dizia eu, como se o fim principal para que o Parlamento existe não fosse diretamente

zelar até ao último vintém o dinheiro do contribuinte, e como se a Nação não tivesse delegado a nós e não ao Governo, a nós com exclusão expressa e constitucional do Governo, o direito de dispor da sua fortuna. (*Apoiados.*)

O nobre deputado por Minas acaba de dizer que essa autorização habilita o Governo a excluir o Rio Grande do Sul... (*Apoiados.*) Será possível?

O Sr. Felício dos Santos – Certamente, segundo a tarifa especial.

Vozes – Oh! Oh!

O Sr. Cândido de Oliveira – Não tem explicação.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado acaba de dizer que esta lei não tem aplicação ao Rio Grande do Sul. Se esse foi o fim do artigo, o combate que se dizia estar sendo travado no seio do Gabinete pelo nobre Ministro da Guerra em segredo, de modo encoberto, foi uma vitória clandestina. (*Apoiados.*)

O Sr. Camargo (ministro da Guerra) – Não houve transação alguma.

O Sr. Afonso Celso Júnior – Não está feita a lei e já a interpretam à medida dos seus interesses. (*Apoiados.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu acho que o Rio Grande do Sul devia ser excluído da ação desta lei, assim como o Ceará e o Amazonas, assim como todas as Províncias emancipadas e por emancipar. (*Apoiados.*) (*Trocam-se muitos apertes.*)

O Sr. Paula Primo – Quando fomos derramar o nosso sangue no Rio da Prata não foi para beneficiar as Províncias do Sul, mas para defender a integridade do Império.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas, Senhores, quando é que a Câmara vota esses impostos de 5%, que têm por fim, como me disse hoje o nobre deputado pela Bahia, habilitar a nossa lavoura a atravessar a crise do trabalho?

Pois porventura a situação do Tesouro é tal que o nobre Presidente do Conselho nos possa garantir que daqui a 6 ou 7 anos, a começar por estas mesmas *apólices negras*, que S. Ex.^a quer hoje lançar em circulação, a dívida do Estado não se achará em uma séria crise, que tornará necessário um esforço heróico do patriotismo nacional para ajudar o ministro da Fazenda a debelá-la sem quebra do crédito do Estado?

O Sr. Bezerra Cavalcanti – E essa há de vir para os comissários, bancos e capitalistas, que são os únicos privilegiados neste país.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, o nobre deputado pelo 11.º Distrito do Rio de Janeiro, o Sr. Andrade Figueira, cuja palavra faz autoridade nesta matéria, disse outro dia que a lavoura não queria este projeto, assim como os abolicionistas não o querem, e que só o pediam os credores da lavoura, a fim, está visto, de apurarem numa espécie de valor, que já perdeu o seu preço no mercado, o pagamento de suas dívidas.

Mas estes gastos excessivos, esses impostos de 5% adicionais, que, juntos aos impostos adicionais necessários para preencher o déficit, para que uma vez pelo menos nós possamos encerrar os nossos exercícios pagando o que gastamos dentro deles, porque nenhuma nação tem crédito nem finanças enquanto não se acostuma a pagar no fim do exercício aquilo que gasta durante ele, esses impostos de 5% a juntar aos 10 ou 20%, que será necessário pedir ao nosso patriotismo para uma vez por todas fechar a época dos déficits, que desacreditam e reduzem a nossa moeda a este estado verdadeiramente degradante em que se acha o crédito público – de um desconto de quase 40% quando o Governo está defraudando os seus credores e os empregados públicos em quase 40% todos os dias; pergunto eu, são possíveis esses impostos de 5% adicionais?

Senhores, uma nação, cujo curso forçado está depreciado de 2%, é uma nação que deve pensar em levantar o seu crédito; uma nação, cujo curso forçado está depreciado de 5%, é uma nação cujo crédito está muito baixo; mas uma nação, cujo curso forçado está depreciado de quase 40%, sem que todos os dias o ministro da Fazenda se levante naquelas cadeiras para dizer que a honra do Estado está em crise e que a honra pública corre perigo, por não podermos satisfazer aos nossos credores senão com a depreciação de 30% do valor de seus créditos, é uma nação cujas finanças, para dizer o menos, são muito mal administradas. É em tais condições, com o câmbio que nós temos, com o déficit, que se nos apresenta, que o nobre presidente do Conselho entende que nós podemos atravessar a crise do trabalho prolongando-a, não entrando nesta tempestade com as nossas velas colhidas, de maneira a atravessá-la o mais depressa possível, mas aumentando as dificuldades e gastando por parcelas insignificantes os recursos, que seriam necessários para, em hora dada e solene, fazer frente a todas as dificuldades do País.

S. Ex.^a prolonga a crise do trabalho por 12 ou 15 anos, e quer que entremos nessa crise desbaratando o pouco que possa restar do nosso crédito.

Sei como o honrado ministro da Fazenda encara a nossa situação financeira; sei que S. Ex.^a pensa que lhe será possível reduzir as nossas despesas; sei que S. Ex.^a apela para esse programa, historicamente tão desacreditado e materialmente inexecutável, das economias.

É impossível economizar. Só economiza o país em que há tradições, mas no nosso o Governo alterna-se todos os dias, e o próprio nobre presidente do Conselho nos governa com o chapéu na mão. (*Riso.*) S. Ex.^a não quer ficar no seu lugar, e não sabemos que tradições financeiras virão sentar-se na cadeira, que S. Ex.^a tiver ocupado.

Nas nações, em que o governo flutua desta forma, não há economia (*apoiados*), não se pode economizar, porque, para fazer economias, para cortar despesas, é preciso permanência no poder, permanência de espírito, e permanência de vontade. (*Apoiados*.)

Que despesas poderá S. Ex.^a cortar? Não nota S. Ex.^a que as nossas despesas seguem um movimento ascendente, necessário e fatal?

O Brasil carece de muito maior dispêndio de capital para ter uma justiça independente, para ter uma instrução, que aproveite a todas as classes, para criar elemento de propriedade.

O Sr. Valadares – Temos 2.000 juizes, o que país nenhum do mundo tem.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas por que território?

O Sr. Valadares – E são mal pagos; para pagá-los melhor faça idéia do que é preciso.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, a verdade é que nossas despesas são muito insignificantes em relação às necessidades do País, sobretudo em relação a este sentimento, que nos anima a todos, de emular nas conquistas e adiantamentos de outros países.

Cento e cinquenta mil contos representam para mim mais cinquenta mil contos do que se pode pedir ao contribuinte brasileiro, mas não representam, na escala das despesas feitas e das que são indispensáveis, as necessidades atuais do País.

Com os nossos orçamentos e consultando qualquer autor sobre finanças, ver-se-á que é sempre difícil reduzir despesas. Em toda a parte, como se lê em qualquer expositor, essas despesas ou são de pessoal, ou de material, ou de dívida. S. Ex.^a encontra-se logo com uma dívida de quarenta mil contos de juros; encontra-se com uma despesa de material em que nada pode reduzir, porque esse material, isso também se lê nos expositores elementares de finanças, ou é para conservar o que já existe ou para continuar o que se perderia de todo, se as obras fossem paralisadas, ou para iniciar melhoramentos indispensáveis.

Não podendo reduzir na dívida, não podendo reduzir no material, não se atrevendo S. Ex.^a a reduzir nas despesas com Marinha e Guerra, está condenado a reduzir nas despesas com o pessoal, mas, como eu já disse uma vez, seria neste país um dia da maior revolução, aquele em que se quisesse lançar o funcionário fora do seu emprego.

Houve um ministro, o Sr. Andrade Pinto, que procurou com a sua energia e decisão conhecidas fazer alguma cousa nessa matéria, mas nem ele mesmo tentaria um outro ensaio.

É impossível semelhante redução em um país de benevolência como o nosso, em que é um crime tirar o pão ao pai de família. Uma vez provido o emprego, o empregado aí permanece indefinidamente.

Desde que S. Ex.^a não pode reduzir nas despesas de Marinha e Guerra, nas despesas com o material, nas despesas com o pessoal, onde é que S. Ex.^a vai reduzir, a ponto de produzir esse equilíbrio necessário para que mesmo essas apólices, que o nobre presidente do Conselho quer emitir, tenham alguma coisa que se pareça com cotação ao par?

A Câmara sabe qual tem sido o sistema pelo qual nos temos sustentado até hoje. O Estado todos os anos gasta mais do que pode, preenche este vazio com uma dívida flutuante e com bilhetes do Tesouro, e depois, dentro de um período muito curto, vai bater ao mercado de Londres, para pedir-lhe que faça boa a despesa realizada em nosso país.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – V. Ex.^a dá-me licença para um aparte? (*O orador faz sinal de assentimento.*) Foi a tabela C que nos criou todas essas dificuldades. V. Ex.^a está falando sem considerar a tabela C.

O Sr. Afonso Celso, Júnior – Acabada a tabela C, a redução seria de 10 ou 12 mil contos, e o déficit é de muito mais.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Mas a tabela C é que tem criado a dívida flutuante e todas as despesas fora do orçamento ordinário.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se S. Ex.^a examinar a marcha que tem tido a nossa dívida pública e as nossas despesas, há de ver que o que se dá progressivamente nas nossas finanças é o aumento da despesa e a diminuição da renda.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Isto aconteceu na França, e com orçamento especial para obras públicas; suprima-se a tabela C e em 3 ou 4 anos o nosso orçamento estará equilibrado. (*Trocam-se apartes entre os Srs. Andrade Figueira e Presidente do Conselho.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – A questão é o dinheiro que sai do Tesouro. Nem no Brasil poderá haver cousa alguma, que se pareça com equilíbrio da receita com a despesa, enquanto nós, deste sistema francês que seguimos, não adotarmos o sistema inglês de fazer, no dia em que o exercício acaba, fecharem-se todas as despesas e todas as contas desse exercício, voltando tudo ao Parlamento, para que legisle para o exercício seguinte.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Apoiado; esse deve ser o nosso *desideratum*. Desde que acabarmos com a tabela C, com as estradas de ferro que não rendem, e com outras despesas inúteis, então V. Ex.^a terá razão, o sistema inglês deverá servir-nos de modelo.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu voltarei a considerar a objeção do nobre presidente do Conselho.

Mas, dizia eu, nós fazemos a nossa despesa dessa forma; gastamos num exercício muito mais do que arrecadamos, pagamos esse excesso de despesa com a dívida flutuante, e vamos bater ao mercado de Londres para consolidar a nossa dívida.

Mas, nesse mesmo mercado de Londres (devo neste momento chamar a atenção do honrado presidente do Conselho), o nosso crédito, não digo que esteja abalado, mas começa a inspirar sérios receios aos interessados em fundos brasileiros.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Por esta questão não estar resolvida.

O Sr. Andrade Figueira – Por quererem resolvê-la de modo inconveniente.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mais cedo ou mais tarde nós temos de bater à porta daquele mercado, e, nestas circunstâncias, é preciso que eu diga, há diversas causas que afetam a imaginação do *bond-holder* brasileiro.

Em primeiro lugar, há o déficit constante e crescente dos nossos orçamentos anuais...

O Sr. Saraiva (Presidente do Conselho) – Por causa da tabela C.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... em segundo lugar, a depreciação e flutuação excessiva do nosso meio circulante, que por outro lado fazem com que dinheiro estrangeiro não emigre para o Brasil, senão sob a garantia do pagamento em ouro; em terceiro lugar, há um fato que muito preocupa os ingleses, mas ao qual nós não ligamos a mesma importância, e que vem a ser a idade do Imperador. A idéia de que o reinado pode estar-se aproximando do seu fim suscita a superstição geral em Londres de que, uma vez morto o Imperador, o Império entrará em grandes perturbações. Há por último a crise servil, crise que o nobre presidente do Conselho com esta reforma não solve, mas que prolonga até o século seguinte.

O Sr. Bezerra Cavalcanti – E agrava.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Solve pelo modo melhor que se pode fazer.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu penso, Sr. Presidente, que, exposto como acaba de ser por mim exposto o estado das nossas finanças, o movimento não foi bem escolhido para se querer fazer este presente aos proprietários de escravos de uma emissão, que pode ser no ano seguinte de 40.000 contos de réis.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – V. Ex.^a não leu a argumentação dos contrários. Eles dizem que poderá ser de 40.000:000\$ se V. Ex.^a for ministro.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Como?

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Eles dizem que a emissão poderá ser muito grande, se for ministro um abolicionista.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas V. Ex.^a ainda não disse em que medida vai emitir, nem se responde pelos seus sucessores. Nós votamos um crédito ilimitado, assinamos um cheque em branco ao ministro da Fazenda.

O Sr. Ulisses Viana – Não, está limitado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sim, mas é um crédito que poderá subir até 40.000:000\$000...

O Sr. Bezerra Cavalcanti – Se os abolicionistas forem ao poder, hão de propor a revogação desta lei. (*Há outros à parte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... com a cobrança condenada dos impostos extraordinários que nós votamos ontem.

Mas, Sr. Presidente, estes grandes sacrifícios que o honrado Presidente do Conselho nos pede, esses grandes sacrifícios que se pedem à massa dos contribuintes, esses impostos, muitos dos quais hão de ser pagos, segundo mesmo a demonstração de S. Ex.^a, pelo próprio escravo, obrigado a trabalhar com excesso para pagar o imposto que recai sobre o seu proprietário, todos estes grandes sacrifícios irão extinguir a escravidão? Se se nos pedisse isto, se nos pedissem todos estes sacrifícios para a emancipação imediata, eu compreenderia que a Câmara os votasse. Mas, votá-los para um projeto que deixa a escravidão viver ainda 12, 13, 14, 20 anos mesmo, se nós considerarmos a escravidão como um todo...

(*O Sr. Augusto Fleuri dá um à parte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – É porque o nobre deputado não tem considerado esta questão com amor, e não se tem interessado pela sorte dos escravos. Se o nobre deputado se tivesse interessado pela sorte dos escravos, veria que o ingênuo é perante as nossas leis, até os 21 anos, tão escravo como o próprio escravo, e que a escravidão a que o nobre presidente do Conselho quer pôr termo é a escravidão nominal tão-somente, mas não a escravidão real que pesa igualmente sobre escravos e ingênuos.

Ainda hoje, o nobre deputado pela Bahia, o Sr. Spínola, nos leu uma praça de ingênuos de 6 anos, em que os ingênuos eram ofertados em leilão judicial a quem os quisesse levar.

A escravidão, por consequência, é um todo hoje no nosso país; pelos escravos que morrem, nascem outros escravos provisórios, mas que são tão escravos como os outros, porque o são por 21 anos, período ao qual nenhum de nós quer levar a existência da escravidão no País. A escravidão é, por consequência, um todo, e este projeto se ocupa unicamente dos chamados escravos e não daqueles que são também de fato escravos, ocupa-se dos pais somente e não também dos filhos, que têm por obrigação servir por 21 anos aos senhores de suas mães.

Senhores, eu sinto que, pelo tom que dei ao meu discurso, pelos apartes⁵ que me interromperam, pelo calor com que falo, é-me impossível entrar na indagação das muitas questões que se prendem ao art. 3.º, mas quero insistir em que se nos pede este sacrifício, não para abolir a escravidão de uma vez, não para que nós brasileiros possamos todos dizer que a escravidão acabou-se em nosso país, mas para que ela acabe no século futuro.

O Sr. Bulhões Jardim – Para prolongá-lo.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Além do que, se esta tabela não se tivesse votado e se este espírito atirado hoje pelo Governo sobre o País inteiro, de trocar os escravos por dinheiro, não tivesse sido levantado em oposição ao nobre espírito de desinteresse da propaganda abolicionista, ficaria acabada a escravidão em um prazo muito menor do que aquele dentro do qual o honrado presidente do Conselho quer fechá-la no seu círculo de ouro.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Mas o projeto não acaba com a propaganda legal; antes a anima. (Há outros apartes.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não vejo que o honrado deputado pela Bahia tenha respondido à objeção que fiz e que renovarei na interpelação, que vou ter a honra de dirigir ao honrado presidente do Conselho, sobre a desigualdade em que fica o escravo de 60 anos, obrigado a servir por três anos, e o escravo de 58, 57 e 56 anos, imediatamente libertado pelo Fundo de Emancipação.

Mas é estranho que nobre presidente do Conselho entendesse que podia alterar a tabela da declaração de valores no sentido do interesse do proprietário, quando essa tabela tinha por fim unicamente fazer os sacrifícios enormes, pedidos aos contribuintes, atuarem com maior energia e eficácia para a redução do valor do escravo, para habilitar o Estado a ir em socorro do escravo.

S. Ex.^a, em vez de fazer a depreciação do valor, começar de 12% e acabar por 2, faz começar por 2 e acabar por 12.

Isto quer dizer que nestes próximos anos, nestes cinco ou seis anos, em que a questão vai entrar verdadeiramente no seu período de maior animação; nestes cinco ou seis anos, em que era preciso reunir as energias todas do Estado para enterrar-se a escravidão no subsolo da nossa pátria, de maneira que não

pudesse mais contaminar as gerações futuras, nestes cinco ou seis anos o nobre presidente do Conselho alivia o proprietário de escravos, enfraquece esse fator, que havia criado para atuar contra o fator poderoso da escravidão, e que era o imposto, e adia a energia deste imposto, a energia da sua emissão, para o 10.º ou 11.º ano da existência da lei, quando devemos fazer ao patriotismo deste país a justiça de supor que a escravidão estará extinta por si mesma.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Então deixe o projeto, que é inocente; até anima isso.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas V. Ex.^a não está nessa cadeira. V. Ex.^a não tem o apoio desta câmara para fazer leis *inocentes*.

Nós votamos leis que devem produzir um efeito esperado, não leis no modo chamado em grego *paulo post futuro*, quer dizer dependentes de contingências que ainda se hão de realizar ou não. (*Riso.*)

Nós não queremos leis que desta forma operem no vácuo, cujo resultado seja desconhecido, que não seja uma força criada pelo legislador para contrastar outra força e matá-la.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – É muito conhecido o resultado desta lei.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Então não diga que é *inocente*.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Inocente, na opinião de V. Ex.^a que acha ruim tudo quanto não é instantâneo, que esta Câmara não vota.

O Sr. Andrade Figueira – Mas vota coisa que equivale ao instantâneo.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho, para o orador) – V. Ex.^a está melhor do que eu; porque eu faço o possível e V. Ex.^a quer uma coisa que ninguém faz.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O aparte, que o honrado Presidente do Conselho me acaba de dar, obriga-me a tomar em consideração a censura que se nos faz a nós abolicionistas.

Nós não somos intransigentes (*apoiados e apartes*), aceitamos toda e qualquer medida que alivie a sorte do escravo; mas o que o honrado presidente do Conselho nos propõe é uma medida que praticamente piora a sorte do escravo.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Não apoiado.

O Sr. Bezerra Cavalcanti e outros Srs. – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A lei de V. Ex.^a pode operar em 10 ou 15 anos, e nós prevemos que, dentro de dois ou três parlamentos, a Nação estará perfeitamente preparada para uma solução mais prática e mais lógica.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Pois então resolverá por si mesma.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre presidente do Conselho propõe a revogação da lei de 28 de setembro na parte que respeita ao direito de resgate.

S. Ex.^a pede penas para os açoitadores de escravos, e fixa uma tabela que impossibilita em muitas Províncias o resgate do escravo pelo seu pecúlio, de acordo com os preços correntes do mercado.

Nestas condições, S. Ex.^a nos obriga a votar, não uma lei que resolva o problema da escravidão no prazo que nós achamos compatível com a marcha e o progresso da civilização, mas uma lei que prolonga e complica a crise geral.

Se o escravo existe no Brasil não é culpa nossa (*apoiados e apartes*); mas seria culpa nossa se criássemos a mínima violação de direitos contra o último dos escravos. (*Apoiados.*) S. Ex.^a nos propõe que revogemos em parte a lei de 28 de setembro...

O Sr. Zama – S. Ex.^a está fazendo questão de coisa em que a não há.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Este artigo passará com o projeto.

O Sr. José Mariano – E tem passado tudo aquilo de que se faz e não faz.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Nós abolicionistas não somos intransigentes e não fazemos oposição pessoal ao nobre presidente do Conselho, que, aliás, nunca nos fez a honra de nos ouvir sobre coisa alguma, e nunca nos deu na organização do seu projeto e dos seus planos emancipadores a honra de nos consultar...

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – V. Ex.^a é que se afastou de mim; dantes conversávamos, mas, desde o projeto nunca mais o vi. V. Ex.^a conhecia o meu pensamento, e peço que diga se vê alguma coisa no projeto que destoe dele, ao contrário, faço mais do que disse a V. Ex.^a.

O Sr. José Mariano – Então V. Ex.^a veio cedo (*Hilaridade.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu estou certo que se o honrado presidente do Conselho quisesse afastar do seu projeto um ou outro ponto a que nós abolicionistas julgamos não poder dar o nosso voto com consciência, com a força e o prestígio de que dispunha da parte daqueles que não acompanhavam o Ministério passado, estou convencido de que S. Ex.^a teria

unido o Partido Liberal para fazer uma reforma do elemento servil, que, apesar de não ser a última, pudesse ter o voto de todos nós, como teria a lei de 28 de setembro.

O Sr. Zama – O que é fato é que ainda nenhum Ministério liberal foi recebido tão agressivamente como tem sido o Sr. Saraiva pelos seus correligionários, na tribuna e na imprensa.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Entretanto, eu esperava o apoio do nobre deputado por Pernambuco.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não com este projeto.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Neste projeto mesmo.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se o honrado presidente do Conselho tivesse reunido o Partido Liberal, se S. Ex.^a, em vez de apresentar-se aqui com o seu projeto, sujeito unicamente à emenda e à revisão do lado conservador, tivesse pedido o concurso do Partido Liberal, dos abolicionistas, radicais se quiserem; entendesse que há um terreno em que se não pode ceder coisa alguma ao Partido Conservador quando se tem a honra de ser liberal, a saber, o terreno da liberdade pessoal do homem (*apoiados*), eu estou certo que S. Ex.^a teria feito uma lei ainda que com a aprovação do Partido Conservador, de caráter liberal (*apoiados*) e que manteria a união das nossas forças, teria dado uma vida nova à situação e ao partido. (*Apartes.*)

Não iriam os atrasados que estão quase na divisa conservadora; mas iria todo o Partido Liberal que pensa da mesma forma nesta questão. (*Apoiados.*)

O Sr. José Mariano – Seria melhor do que estarmos sustentados pelo Partido Conservador.

O SR. JOAQUIM NABUCO – E quando S. Ex.^a perdesse tempo, quando fosse forçado a dissolver uma Câmara, S. Ex.^a não teria, como fez com esta lei, colocado o Partido Liberal na posição em que se acha.

O Sr. Lourenço de Albuquerque – Nós atrasados voltariamos, ao passo que ficariam nas urnas muitos adiantados.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não duvido; não pense o nobre deputado que eu não acredito que há uma certa classe neste país que realmente se apossou da Nação. (*Apoiados.*) Não pense o nobre deputado que eu não acredito que o censo alto colocou realmente a representação nacional nas mãos de uma verdadeira oligarquia. (*Apoiados.*) Mas pertencia ao honrado presidente do Conselho tornar-se o homem da Nação e não o homem de uma classe. (*Apoiados.*)

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Essa missão está reservada a V. Ex.^a e a outros; não me compete a mim.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Com efeito, o que estamos vendo nós hoje? Nós estamos vendo um Governo liberal apoiado entusiasticamente pelo Partido Conservador. Nós vemos que nas mínimas questões de ordem, nas mínimas questões em que se trata simplesmente de fazer executar o Regimento da Câmara, o Partido Conservador levanta-se quase inteiro para apoiar o honrado Presidente do Conselho.

Há uma liga formada. É provisória? É temporária? Durará este ano? Pode durar muitos anos, conforme as necessidades desta situação, conforme a feição que tomar exatamente a questão que esta liga tem por fim resolver de um certo modo, afastando de sua resolução os elementos adiantados da opinião; é uma liga que hoje é do governo liberal com conservadores, mas que amanhã será, pelas mesmas razões e pelos mesmos fundamentos que declarou o nobre deputado pelas Alagoas, do governo conservador com os liberais. Esta situação, que nasceu dividida em dois partidos, foi fundida em um molde, foi soldada para um certo fim, para o de fazer passar a lei.

O que se passa aqui não é absolutamente o que se está passando neste momento na Inglaterra. Este argumento tem sido citado, até no Senado, porque se diz que neste momento os liberais ingleses estão apoiando ainda um Gabinete conservador. Mas, Senhores, é um perfeito engano. (*Apoiados.*)

Nunca houve governo conservador que causasse tanta indignação ao Partido Liberal, nunca houve governo conservador que fizesse levantar contra si como um só homem, todo o Partido Liberal, como o atual Ministério conservador na Inglaterra.

Mas a questão é outra; a questão é das eleições; a questão é que o Parlamento inglês votou uma lei eleitoral que dividiu a Inglaterra em distritos de um e aumentou o eleitorado de dois milhões de eleitores. Ora, se o Partido Conservador dissolvesse agora a Câmara, teria de apelar imediatamente para o antigo eleitorado, em vez de apelar para o novo eleitorado, perante o qual ambos os partidos estão solenemente aprazados. É isto que faz que durante estes três meses o Partido Liberal deixe viver o governo conservador, para o não obrigar à dissolução imediata; mas isto não quer dizer que o Partido Liberal esteja apoiando um Gabinete que representa tudo que há de mais contrário ao liberalismo inglês. (*Apoiados.*)

Mas a situação aqui é diversa; é um Gabinete liberal apoiado pela maioria conservadora, hipótese de que ninguém antes da eleição cogitou.

O Sr. Afonso Celso Júnior – É uma situação hermafrodita.

O SR. JOAQUIM NABUCO – É uma situação que cria um precedente para qualquer homem político de prestígio, no futuro, confundir e baralhar os partidos.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – É um precedente muito útil.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, eu não sei, não me cabe devassar os motivos pelos quais o Partido Conservador está neste momento apoiando o honrado Sr. Senador Saraiva.

O Sr. Valadares – O Sr. Ratisbona diz que é com medo dos radicais.

O Sr. Penido – Apoio que tanto incomoda a V. Ex.^a.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não me incomoda que eles dêem este apoio, o que me incomoda somente, é que o Partido Liberal se colocasse em posição de recebê-lo.

Se o Partido Liberal estivesse no seu lugar, o Partido Conservador estaria votando contra ele. Para que o Partido Conservador esteja apoiando um Gabinete liberal é preciso que esse Gabinete tenha restringido as aspirações do seu partido, renunciando à sua missão de iniciador, e que esteja fazendo uma política que aos conservadores parece ser a melhor neste momento para demorar a marcha da idéia abolicionista no País... É preciso, por outras palavras, que o Gabinete liberal seja um governo de combate e de resistência. *(Trocam-se diferentes apertes.)*

Não tem razão o nobre deputado que me interrompe.

O Sr. Andrade Figueira é um homem lógico, que se colocou em certa posição da qual não sai; mas os chefes conservadores do Senado não creio que sejam mais adiantados em espírito liberal do que o Sr. Andrade Figueira; não creio que o Sr. Cotegeipe, o Sr. João Alfredo, o Sr. Paulino o sejam.

E se eles apóiam ao Sr. Saraiva é que o Sr. Saraiva representa o mesmo espírito de resistência que eles.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Apóiam a reforma.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O Partido Conservador procede desta forma, não por amor da sorte dos escravos pela qual não mostrou simpatia alguma antes da eleição *(não-apoiados na bancada conservadora)*, não pela sorte mesmo da lavoura, porque faço ao Partido Conservador a justiça de acreditar que ele não pensa que esta lei venha tranquilizar a lavoura *(apartes, apoiados.)*

Ele acompanha o honrado Sr. Saraiva provavelmente esperando, já que esta é a primeira vez na nossa história que um partido político faz o que chamam *política larga*, esperando que o sacrificio que fazem e o modo por que o fazem, lhe seja levado em conta no dia da distribuição. *(Protestos e reclamações da bancada conservadora.)*

Não vejo no Partido Conservador um catálogo de santos; são homens políticos como os outros; têm o instinto de subir como os outros, e esperam que essa *política larga*, como eles a chamam, seja lembrada no dia em que por causa

das divisões deste parlamento o Imperador tiver de pesar na sua balança o patriotismo dos dois partidos aspirantes ao decreto de dissolução.

O Sr. Costa Pereira – Não estamos olhando para São Cristóvão, olhamos para o País.

O Sr. Delfino Cintra – Se quiséssemos subir, a nossa política seria outra.

O Sr. Zama – Estão no seu direito, porque as oposições devem aspirar ao governo.

O Sr. Araújo Góis Júnior – Se lhe disserem que não queremos, não creiam; nós queremos subir. (*Riso.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quando o nobre presidente do Conselho tiver completado a sua reforma, talvez mesmo quando a tiver posto a abrigo no Senado, e o Partido Conservador não sentir mais necessidade de apoiar a S. Ex.^a para ser seu herdeiro, esta divisão criada no Partido Liberal terá produzido todos os seus resultados, e nós teremos perdido muito da nossa força.

Note a Câmara, eu considero que não há liberal que se negue a acompanhar, pessoalmente, o nobre presidente do Conselho em qualquer evolução liberal que ele faça (*apoiados*); mas uma parte do Partido Liberal está condenada por muito tempo a contrariar a política atual do nobre Presidente do Conselho, a não sujeitar-se à sua lei nem ao espírito da sua lei. Este elemento liberal, que é o fermento do partido, a vida do partido, julga quase impossível a reunião de todas as nossas forças no terreno do fato consumado para dar batalha ao Partido Conservador, quando ele deixar de ser o aliado do Gabinete.

Esta reforma não é dessas que, uma vez votadas, anulam as causas da dissidência e permitem que o partido se una todo de novo. Ela terá efeitos prolongados no futuro, a menos que os chefes deixem toda a liberdade aos seus soldados, mesmo quando devam sentar-se nas cadeiras de Ministros para pedir outra lei, liberdade necessária para que a vitória de um dia da fração retardatária não se torne a derrota de anos de parte adiantada do partido. A não ser isso, será impossível, porque o Partido Liberal que tem como todos os partidos elementos mais, menos, e muito adiantados, não se resigna a ser indefinidamente retardado pelos que o não são de todo.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, quando o nobre presidente do Conselho não tiver o apoio conservador, não tiver o apoio compacto do Partido Liberal, as qualidades dos dois partidos terão de ser pesadas nas balanças de São Cristóvão, e então creio que o meritório ato de abnegação do Partido Conservador, ato de faquir da Índia que levanta o braço para o céu até secar, será levado em conta. O Imperador, nesse dia da grande meditação, terá que pesar muito os prós e os contras dos dois partidos.

O Partido Conservador tem a seu favor todas estas circunstâncias, em primeiro lugar, a desunião liberal, em segundo lugar, a lista já numerosa dos Ministérios devorados, um após outro, pela Câmara, ficando do sacrifício de cada um desses Ministérios ressentimentos de desuniões que levam tempo a apagar-se da memória dos sacrificados; em terceiro lugar, ele tem por si a união, anunciada no outro dia pelo nobre deputado pelas Alagoas, quando nos disse que os extremos deveriam isolar-se e os centros unir-se por outra, quando denunciou a formação de um partido dos centros, disposto a receber ao mesmo tempo o elemento adiantado do Partido Conservador e os elementos atrasados do Liberal, impelindo, a melhor, a grande parte deste partido evidentemente para a República, e a parte atrasada do Partido Conservador... creio que também para a República. (*Riso.*)

Por último, o Partido Conservador teria a seu favor o apoio que ele prestou, em condições muito especiais, ao honrado Sr. Saraiva.

Porque, é preciso que se diga, os liberais nunca fizeram coisa que se pareça com isto. Em 1871, quando a Lei Rio Branco estava em discussão nesta casa, nós não tínhamos aqui representação alguma, mas a nossa imprensa continuou dia por dia na brecha; dia por dia o Partido Liberal criava dificuldades ao Visconde do Rio Branco, e somente nesta questão especial é que alguns senadores liberais prestaram-lhe apoio, e certo, o mais dedicado possível, como foi o célebre parecer das 24 horas, apoio, devo dizer, que desagradou a muitos chefes liberais qualificados.

O Sr. Gonçalves Ferreira – A imprensa conservadora de todo o Império está combatendo o Gabinete.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas o fato que os conservadores estão neste momento praticando é novo, é único em toda a nossa história; e, como naturalmente o Imperador inclina-se para a idéia de aproximação dos contrastes, do apagamento do que haja de violento e de excessivo nas lutas partidárias, não é provável que Sua Majestade deixe de levar em conta ao Partido Conservador o exemplo de interesse pela causa pública, pela sorte das instituições que ele parece estar dando neste momento.

Mas do lado do Partido Liberal também há grandes considerações; nós temos a vantagem de ser, apesar de tudo, a maioria da Nação, e maioria eleita nas condições mais difíceis em que o Partido Liberal poderia comparecer às urnas, isto é, lutando contra o predomínio secular da escravidão (*apoiados e não-apoiados*); temos em segundo lugar a vantagem de haver feito duas eleições livres, de haver tido um presidente do Conselho que, pela primeira vez neste país, disse que o dia maior de sua vida seria aquele em que ele fosse derrotado nas urnas, ao passo que o Partido Conservador ainda não se mostrou capaz, e, muito provavelmente, nunca se mostrará capaz de tanta isenção durante o pleito eleitoral. (*Apoiados.*)

Um Sr. Deputado – Ainda não tivemos ocasião, depois da reforma eleitoral.

O Sr. Zama – Mas hão de nos meter o pau a valer. (*Riso.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Nós temos, em terceiro lugar, a vantagem de que, tendo feito esta lei, e lei conservadora, a gosto da monarquia que o é também, é mais natural que a execução dela seja entregue ao partido que tomou a iniciativa de fazê-la, do que seja entregue a outro partido, que foi simplesmente auxiliar, e que tudo fez, antes das eleições, para que não houvesse lei alguma, tanto mais, quanto acresce o perigo de complicar-se a crise, que será grande, do trabalho, a crise econômica, com a crise inevitável que nos foi anunciada do outro lado, a crise política da reação conservadora.

Tudo isto, junto às vantagens que Sua Majestade enxerga em um Partido Liberal que faz reformas conservadoras, em um partido que se chama democrático e que se distancia, entretanto, do outro por diferenças quase imponderáveis, leva a crer que esse partido ainda sobreviverá à aliança presente dos conservadores com o Gabinete Saraiva.

Mas não me preocupo do que possa Sua Majestade pensar; o que digo é que o nobre presidente do Conselho tomou sobre si uma grave responsabilidade, quando entendeu que podia dispensar o apoio unido do seu partido, que devia mesmo recusá-lo, e aceitou os votos políticos dos seus adversários.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Não os pedi também.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O honrado presidente do Conselho deve compreender que nós, os adiantados do partido, quiséramos que a situação fosse muito diversa e que o Partido Liberal estivesse, nesta hora, contra todas as forças conservadoras, unido, realizando, por si só, uma reforma que pusesse efetivamente termo à escravidão no Brasil e que satisfizesse à consciência nacional.

Senhores, a nossa situação não tem nada que não seja perfeitamente correto. Os nobres deputados, que citam sempre as tradições inglesas, hão de permitir que eu me lembre nada menos de dois exemplos notáveis que justificam o nosso procedimento de hoje. Tratava-se, em 1833, de abolir a escravidão na Inglaterra. Presidia o Ministério Lord Grey; seu filho, Lord Howick, era membro da administração. O Ministério propunha um prazo de 12 anos. Pois bem: Lord Howick, membro do Governo, filho do presidente do Conselho, entendeu que devia dar a sua demissão, para combater livremente dos bancos da Câmara dos Comuns a favor da redução do prazo proposto por seu ilustre pai e chefe. Ainda mais. Um outro estadista, cujo nome é caro aos liberais do mundo inteiro, cuja glória na tribuna e nas letras quase que ofusca todas as outras, Macaulay, membro da mesma administração, pobre e precisando dos altos emolumentos do seu elevado cargo, entendeu também que devia depositar nas mãos de Lord Grey a sua demissão, para vir ao Parlamento lutar por todos os modos pela redução do prazo do cativo, prazo que foi efetivamente reduzido em uma noite memorável graças àquela intervenção inesperada.

Estes dois exemplos mostram que há casos em que o dever está acima dos sentimentos mesmo do filho para com o pai.

O Sr. Pádua Fleuri – Mas havia a mesma fase na reforma, a indenização.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu não estou comparando as leis, estou comparando as posições, estou comparando os sacrifícios, que homens ilustres julgaram que deviam fazer à grande causa da emancipação dos escravos.

O Sr. Bezerra Cavalcanti – Apoiado; e faz apenas 52 anos, este pouco.
(Riso.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Dizia Macaulay (*lê*): “Meu receio é que o resultado de continuar por 12 anos esta escravidão morta, este estado de sociedade privado de todo princípio vital, seja fazer que a população negra caia em um abatimento de ordem tal que fique muito menos apta para a liberdade no fim do prazo do que no começo”.

E referindo-se à sua situação peculiar escrevia ele em carta: “O projeto sobre a escravidão é miseravelmente mau. Eu estou inteiramente resolvido a não me deixar arrastar, mas a combater com a minha palavra e o meu voto todos os artigos que julgo ruins. Eu disse isto a Lord Althorp e dei de novo a minha demissão...”

Eis como um liberal de princípios firmes sobre a liberdade alheia entendia dever proceder em relação a uma lei muito parecida com a do honrado presidente do Conselho, tendo em vista reduzir, à custa do seu sacrifício pessoal, o prazo da escravidão na sua pátria.

Eu disse no outro dia uma frase, que parece ter desagradado a alguns; que entendia ser chegado o tempo de homens novos, representantes de idéias novas. Dizendo isso não me referi à idade e também não quis dizer homens que não tivessem já ocupado altas posições no País.

Há muitos homens, que se têm sentado nos bancos deste parlamento, que se têm sentado nas cadeiras de ministros, e que nunca tiveram a ocasião de revelar ao País a elevação do seu espírito, a originalidade do seu talento, as suas aptidões e as suas idéias, por causa das circunstâncias especiais da nossa carreira política.

Homens novos, representantes de idéias novas, quer dizer homens que não pactuem com tudo quanto reprovamos e que não abram mão de todos os princípios do sistema parlamentar no momento em que seja preciso, e que realmente tenham idéias e que as sustentem custe o que custar.

Quanto mais poderoso for o nosso homem de Estado, mais necessidade há de que ele se sujeite à disciplina da opinião.

Senhores, nós temos um poderoso navio de guerra, o *Riachuelo*, que chegou há pouco da Europa; pois não há muito tempo ele entrou para o dique, a fim de limpar o casco, e foi logo depois a outra estação retificar os desvios das suas bússolas.

Eu quisera que os nossos homens políticos entrassem, de vez em quando, para o dique da opinião, a fim de limparem o casco (*hilaridade*), de todos os lodos e de todas as ostras, que lhes tenham aderido na navegação do Senado, e também que fossem sujeitos ao exame do eleitorado para serem retificados de acordo com os princípios invariáveis da nossa escola, as grandes variações da sua agulha política... (*Risos, apoiados e apartes.*)

O Sr. Presidente (*com força*) – Atenção!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, bastava para isso que o Partido Liberal se lembrasse um pouco do seu programa de 1869. O que nós temos hoje neste país não é um governo representativo nem é um governo nacional.

Não é um governo representativo, porque infelizmente ainda não pudemos apurar o fato de uma eleição contra um partido; não é um governo nacional, porque o censo atual reduz a 180 ou 200.000 os cidadãos que têm o direito de tomar parte na direção política do País.

Não é também um governo de Gabinete, porque nós todos sabemos como os presidentes de Conselho organizam os seus Ministérios, em que eles imperam quase sem contraste. Não é um governo ministerial, porque os ministros, nem demitem, nem nomeiam, nem governam livremente, e não é nas chamadas conferências de ministros que se decide a sorte deste país, mas sim nos despachos imperiais.

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Nego isto.

O SR. JOAQUIM NABUCO – V. Ex.^a nega-o no seu Ministério, nega hoje, mas a multiplicidade de opiniões a este respeito é tal que se pode afirmar que o Governo, e quando digo Governo quero dizer a totalidade das funções públicas superiores, não é feito em conferência de ministros, mas nos despachos imperiais. (*Apoiados e não-apoiados.*)

Em todo o caso não temos a organização do Conselho de Ministros pedida no programa liberal de 1869, que dispensasse o Gabinete de ter todas as mais insignificantes nomeações sujeitas ao juízo de um homem que muitas vezes não tem outras informações senão como o Conselho dos Dez em Veneza, as que lhe dão as denúncias anônimas da Boca do Leão. (*Diversos apartes.*)

A verdade é que o presidente do Conselho neste país vive, infelizmente, da tolerância do monarca (*apoiados*), e o honrado presidente do Conselho teria logo a prova disso, se se propalasse a notícia de que S. Ex.^a por alguma forma era desagradável à Coroa. S. Ex.^a ver-se-ia logo abandonado pelos seus maiores amigos (*muitos não-apoiados e apartes*), a começar pelo Partido Conservador (*não-apoiados e apartes*), o qual, se enxergasse a possibilidade de ser chamado amanhã ao poder, o qual, se o Sr. Visconde de Bom Retiro fosse autorizado a segredar-lhe que a sua vez tinha chegado, seria o primeiro a...

(*Cruzam-se muitos apartes.*)

O Sr. Zama – Estes juízos são temerários. (*Apartes.*) O que é verdade é que não tem sido o Sr. Saraiva o que aconselha a conservação das dinastias entre nós.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O corretivo para este estado de coisas...

(O Sr. Duarte de Azevedo dá um *aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – V. Ex.^a fala diante de testemunhas que todos os dias se levantam nesta casa para acusarem os vícios orgânicos que eu aponto. (*Muitos apartes.*)

O Sr. Duarte de Azevedo – É uma grande injustiça que V. Ex.^a faz aos nossos homens de Estado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas o que penso é que o único meio, o único corretivo para que cesse esse sistema é a responsabilidade ministerial organizada.

Isto faz com que não haja realidade ainda nas posições mais eminentes; por isso também os nossos chefes de partido, logo que sentem possível refugiarem-se no Senado, tornarem-se independentes do povo, fugirem das lutas políticas, fazem-se escolher senadores, como se esta câmara, a representação imediata do País, não fosse o lugar próprio para os chefes dos partidos nacionais, dos que querem dirigir a nossa política em nome do seu partido, dos que dizem só querer governar com o apoio do Parlamento. (*Muitos apartes.*)

O Sr. Saraiva (presidente do Conselho) – Para isso que V. Ex.^a deseja, há um só remédio, é que os partidos não tenham medo de morrer.

O Sr. Zama – E entretanto um projeto de reforma do Senado não foi julgado objeto de deliberação.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A mim nunca V. Ex.^a terá ocasião de me dirigir uma acusação semelhante.

Mas, dizia eu, em um país constituído desta forma, em que ninguém se sente forte e apoiado na opinião para resistir ao poder permanente e tradicional, somente a formação de partidos populares, com força própria e disciplina, poderia fazer nascer a responsabilidade ministerial e o governo livre. Mas para se poderem disciplinar os partidos, o Partido Liberal sobretudo, é preciso que se disciplinem pela liberdade (*apoiados*) e não pela vontade e imposição de chefes. O Partido Liberal não se pode disciplinar pela escolha arbitrária de ministros; deve disciplinar-se pelo governo próprio (*apoiados*), porque um partido que não se governa a si mesmo não é digno de governar o País. (*Apoiados.*)

É por isso que eu protesto contra tudo quanto possa enfraquecer a organização democrática do Partido Liberal. Nós temos de comparecer muito

breve diante das urnas. Esta situação está atravessando uma crise séria; ambos os partidos estão ansiosos por ver qual é realmente aquele que tem o direito de permanecer no poder; porque para qualquer deles fazer uma obra patriótica é preciso que tenham um prazo longo de governo desimpedido. (*Apoiados.*)

Nós vamos combater nas próximas eleições contra o Partido Conservador, que naturalmente nos lançará em rosto o serviço que nos prestou e a semelhança que há entre ele e o Partido Liberal.

É nessa posição que eu protesto. Membro insignificamente obscuro do Partido Liberal (*não-apoiados*), pronto, se sou eu que levanto estas ondas encaçeladas, a ser lançado ao mar para que se acalme a tempestade, mas como Jonas para ir proclamar os mesmos princípios em outros lugares, pronto a ser lançado fora do Partido Liberal, se o quiserem, ou enquanto pertencer a ele, e pertenço a ele por idéias e não por interesse, pertenço ao Partido Liberal do Brasil, como pertenceria ao Partido Liberal da Inglaterra, da Alemanha, da Espanha ou da Itália, porque a minha organização é liberal, eu sempre e incessantemente hei de pedir que não se quebre o que há verdadeiramente de forte, de enérgico e invencível no nosso partido: o laço comum das idéias. (*Apoiados.*)

O Sr. Dantas pode ter tido muitos defeitos; mas como liberal, é preciso dizer, ele só quis governar com o seu partido. (*Apoiados.*) Ele desejou fazer a reforma não exclusivamente com o seu partido, mas sem diminuí-la com o intuito de receber votos de adversários (*apoiados*), e não se figurou sequer a hipótese de viver um só dia do seu partido quando lhe faltasse o apoio dele e ele não pudesse mais dizer que era um governo liberal sustentado pelos liberais. (*Apoiados e apartes.*)

É talvez um erro, mas nós vivemos no regime de governo de partidos. (*Apoiados.*) Ainda não veio nada para substituir esse governo, e, enquanto tivermos, é preciso que lhe demos toda a força que é necessária.

Por isso muito cansado e quase nos limites das minhas forças, eu direi ao honrado presidente do Conselho: esta união de liberais com conservadores para votar este projeto; o modo pelo qual ele está atravessando pela Câmara, e o modo pelo qual vai ser recebido no Senado, não acredite S. Ex.^a que seja obra sua; que seja resultado do seu prestígio. Não, não é o resultado da sua posição, única neste país. Não é essa posição, não é esse prestígio, que só lhe podem entre os adversários criar invejosos, que lhe vai dar amanhã o apoio quase unânime do Senado. Não é esse prestígio que faz os Srs. Cotegipe, Paulino e João Alfredo auxiliares de S. Ex.^a, e de S. Ex.^a o auxiliar deles. Não é; é uma causa mais poderosa que a situação pessoal adquirida por S. Ex.^{as}; e eu vou dizer-lhe qual é. É a força de que a escravidão dispõe neste país e por meio da qual neste momento em que ela se sente condenada, ela faz com que se reúnam os dois partidos e se congratem fraternalmente para perpetuá-la, encastelando-a no Tesouro Público (*apoiados e não-apoiados*) e convertendo os escravos que lhe iam ser tirados em dívida perpétua do País. (*Apoiados e não-apoiados.*)

Mas eu pela minha parte nego a essa instituição sinistra as exéquias pomposas que se lhe pedem; nego-lhe a honra e as homenagens do reconhe-

cimento nacional, e voto para que ela seja enterrada no Campo de Sangue de Judas, ao lado das instituições fraticidas e sanguinárias, que traficaram na história com a honra, a liberdade e a igualdade dos homens.

(Muito bem; muito bem. O orador é felicitado. Aplausos nas galerias.)